



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

2º QUADRIMESTRE DA EDUCAÇÃO DE 2025

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas e quinze minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, realizou-se **Audiência Pública** promovida pela **Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos**, presidida pela **Vereadora Professora Lívia**, tendo como objetivo a análise do **Relatório do 2º Quadrimestre da Educação**, em atendimento ao Processo Administrativo nº **964/2025** e em conformidade com a Resolução nº **88/2016**, bem como em cumprimento ao Edital nº **38/2025**. Ressalta-se que a audiência contou com transmissão em tempo real pelo canal oficial da TV Câmara Municipal no YouTube e pelos canais 23.2 e 98 da Speed Fiber.

Aberta a sessão, a Senhora **Presidenta da Comissão, Vereadora Professora Lívia**, proferiu a seguinte saudação:

"Boa noite a todas e a todos, tanto os que nos acompanham aqui presencialmente quanto aqueles que participam de forma remota. Tendo sempre como meta a ampliação da participação popular, esta Casa Legislativa promove, nesta noite, sob a coordenação da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos, a presente Audiência Pública, de acordo com o Processo Administrativo nº 964/2025 e conforme estabelece a Resolução nº 88/2016, em cumprimento ao Edital nº 38/2025, a fim de tratar da apresentação do Relatório da Secretaria Municipal de Educação referente ao segundo quadrimestre do ano em curso. Informo ainda que esta audiência está sendo transmitida em tempo real pelo YouTube, através do canal da TV Câmara Municipal, e pela Speed Fiber, nos canais 23.2 e 98. Para dar início aos trabalhos desta noite, procederemos à composição da mesa."

Em seguida, a **Presidenta** saudou e registrou as presenças do **Secretário de Governo, Senhor Fred Procópio**, do **Vereador Thiago Damaceno**, do **Vereador Dr. Aloísio** e da **Vereadora Júlia Casamasso**. Convidou para compor a mesa a **Dra. Juliana**, representante da **OAB Petrópolis**; o **Vereador Wesley Barreto**; o **Professor Luiz Grossi**, representante do **SINPRO**; o **Professor Márcio Franco**, representante da **Central de Trabalhadoras e Trabalhadores** e da **FETEERJ**; a **Professora Rosemar Silveira**, representante do **Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE**; a **Senhora Raquel Beatriz**, representante das **Mães Atípicas**; o **Senhor Bruno Maldonado**, representante dos **Estagiários da Educação**; a **Professora Poliana Ferrarez**, **Secretária Municipal de**

Educação; a Professora Carolina, Subsecretária Municipal de Educação; a Senhora Aline, Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Educação; e o Senhor Juarez Borges, Contador Geral do Município.

Após a composição da mesa, a **Presidenta** passou a palavra à **Secretaria Municipal de Educação**, Professora **Poliana**, para a apresentação do **Relatório do 2º Quadrimestre de 2025**, concedendo-lhe o tempo de vinte minutos para sua explanação, o que foi por ela aceito. A apresentação se deu com o apoio de arquivo em formato PDF, disponibilizado pela Assessoria da Secretaria.

Na sequência, fez uso da palavra a **Secretaria Municipal de Educação**, Professora **Poliana Ferrarez**, que assim se manifestou:

*"Gostaria, primeiramente, de agradecer a presença de todas e todos. Informo que este quadrimestre corresponde, de fato, à gestão que foi brilhantemente conduzida pela minha Subsecretária, Professora **Carolina Kapler**, motivo pelo qual ela conduzirá a apresentação, e nós a realizaremos em conjunto. Entendo ser justo que a Professora **Carolina** se pronuncie em relação a este período em que esteve à frente da Secretaria de Educação. Quero ainda afirmar que somente aceitei o desafio de assumir a pasta porque a Professora **Carolina** estaria ao meu lado como Subsecretária. Trata-se de uma profissional da rede municipal, profundamente conhecedora de todo o processo educacional, e que certamente tem muito a somar. Portanto, passo a palavra à Professora **Carolina** para que faça a apresentação do Relatório."*

Em seguida, a palavra foi transferida à **Subsecretária de Educação**, Professora **Carolina Kapler**, a quem coube a condução da apresentação técnica do **Relatório do 2º Quadrimestre de 2025** da **Secretaria Municipal de Educação**.

Dando prosseguimento à Audiência, fez uso da palavra a **Subsecretária Municipal de Educação**, Professora **Carolina Kapler**, que cumprimentou os presentes e apresentou, por meio de projeção de slides, os dados constantes no **Relatório do 2º Quadrimestre de 2025**.

A exposição contemplou, inicialmente, o **efetivo de profissionais da educação**, com detalhamento da evolução mensal de professores e educadores contratados em regime de RPA e RETH, além do quantitativo de servidores concursados em diversas funções, com registro de movimentações decorrentes de aposentadorias, licenças, cessões a outras secretarias, permutas com outros municípios e novos empossados no período. Foi informado que, em agosto de 2025, o total de profissionais concursados em atuação na rede municipal de educação somava **4.043 servidores**, além de **15** concursados de outras áreas cedidos à Secretaria e **2** oriundos de outros municípios. Também foi apresentado o número de terceirizados e de estagiários, destacando que, em agosto, havia **1.858 terceirizados** e **722 estagiários** atuando na rede municipal.

Na sequência, a **Subsecretária** abordou os dados relativos ao **corpo discente**, informando que, segundo o Censo Escolar de 2024, havia **37.261 alunos matriculados** na rede municipal, enquanto o sistema interno **e-cidade** registrava, em agosto de 2025, **36.089 alunos matriculados**. Foi apresentada a evolução mensal de matrículas, bem como a



distribuição por etapas da educação infantil, fundamental, EJA e ensino médio. Destacou-se que o número de alunos matriculados em educação infantil, em agosto de 2025, era de **9.673**, e que a rede conta atualmente com **107 alunos no ensino médio**, atendidos exclusivamente no Liceu Municipal Cordolino Ambrósio.

Com relação à **educação inclusiva**, foi registrado o total de **2.351 alunos matriculados em 2025** no sistema **e-cidade**, distribuídos entre creche, pré-escola, anos iniciais, anos finais, EJA e ensino médio. Destacou-se ainda que, em agosto, **1.073 alunos estavam atendidos em salas de recursos multifuncionais**.

Quanto à **fila de espera por vagas na educação infantil**, a Subsecretaria informou que o número oscilou entre maio e agosto, registrando **1.046 crianças aguardando matrícula** na última lista publicada.

Sobre a **infraestrutura**, foram apresentados projetos de adequação às normas de segurança contra incêndio e pânico, elaboração de planos de evacuação em parceria com a Defesa Civil, bem como a implantação de sinalização e treinamentos nas unidades escolares. No tocante à **infraestrutura tecnológica**, destacou-se a existência de **20 laboratórios de informática com 243 computadores** e duas unidades com laboratório de robótica em funcionamento, além da previsão de novas instalações com recursos oriundos de emendas parlamentares e convênios, inclusive em parceria com o SESI.

Foram relatadas diversas **atividades extracurriculares** realizadas no período, entre elas: projetos esportivos, culturais e ambientais, ações de inclusão social, participação em conferências e festivais literários, além da ampliação de parcerias institucionais. A Subsecretaria mencionou, ainda, iniciativas específicas na educação infantil, educação especial e no ensino médio, envolvendo práticas de horta escolar, música, astronomia, projetos de sustentabilidade e combate ao bullying, bem como programas de saúde e bem-estar.

Na sequência, apresentou-se o panorama da **formação continuada de profissionais da rede**, com dados referentes à participação de professores, educadores e orientadores, totalizando milhares de atendimentos em cursos, oficinas, minicursos e capacitações. Destacou-se, em especial, a capacitação de **2.462 profissionais na formação da Lei Lucas**, voltada para primeiros socorros, considerada essencial para a segurança dos estudantes. Também foram registradas ações da equipe de psicologia escolar, que, no quadrimestre, realizou **316 atendimentos de queixas escolares, 1.580 acolhimentos e intervenções, 65 interfaces interinstitucionais e 25 formações**.

Por fim, a Subsecretaria apresentou informações acerca da **merenda escolar**, incluindo quantitativos de gêneros alimentícios adquiridos e consumidos no período, encerrando sua exposição com a transição da palavra à Diretora Financeira da Secretaria de Educação, Senhora Aline, a fim de apresentar os **dados orçamentários e financeiros** relativos ao segundo quadrimestre de 2025.

Dando continuidade à Audiência, fez uso da palavra a **Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Educação**, Senhora Aline, que procedeu à apresentação do **resumo das receitas e despesas** da pasta referentes ao 2º quadrimestre de 2025.



No tocante às **receitas**, informou que o total da fonte somou R\$140.723.043,17, sendo R\$6.261.263,49 o total de salários da educação, compreendendo receitas correntes e rendimentos. Detalhou os seguintes repasses e rendimentos:

- **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar:** R\$ 2.898.369,36;
- **PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar:** R\$ 5.616,24 (rendimentos);
- **Outras transferências diretas do FNDE:** R\$ 27.833,96 (rendimentos);
- **FUNDEB 70%:** R\$51.972.084,89;
- **FUNDEB 30%:** R\$21.233.985,70;
- **VAAT 70%:** R\$1.818.813,12;
- **VAAT 30%:** R\$742.895,50;
- **VAAR:** R\$1.818.813,12;
- **MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:** R\$55.758.261,44;
- **Royalties e participação especial:** R\$3.919,47 (rendimentos).

Em seguida, apresentou o **resumo das despesas**, destacando:

- **Despesa autorizada:**
 - Orçada original: R\$368.644.777,26;
 - Orçada final: R\$424.579.666,46;
- **Empenhada no período:** R\$65.842.996,02;
- **Saldo a empenhar:** R\$6.796.952,97;
- **Despesa realizada:**
 - Liquidada no período: R\$153.083.804,96;
 - Saldo a liquidar: R\$103.227.761,60;
- **Pagamentos efetuados:**
 - Pago no período: R\$144.238.275,68;



- Saldo a pagar liquidado: R\$10.616.347,87;
- A pagar a liquidar: R\$103.227.761,60;
- Total a pagar geral: R\$113.844.109,47.

A **Diretora Financeira** encerrou sua explanação colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos sobre os dados apresentados.

Na sequência, fez uso da palavra a **Subsecretária Municipal de Educação**, Professora **Carolina Kapler**, para a conclusão da apresentação do relatório.

Em sua exposição, destacou os **indicadores de desempenho escolar**, informando que a rede municipal vem utilizando o programa “**Criança Alfabetizada**”, abrangendo o quantitativo de alunos que realizaram a avaliação e participaram do processo. Esclareceu que está em andamento o **segundo ciclo de avaliação do CAED**, sendo ao todo três ciclos: um no início do período, outro no meio e um terceiro, já em fase de aplicação.

Pontuou que, nos anos iniciais, a avaliação contempla as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; e, nos anos finais, contempla Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Ressaltou ainda que, em comparação com quadrimestres anteriores, observa-se evolução nos resultados, com aumento da faixa identificada em verde nos gráficos, correspondente ao aprendizado adequado, e diminuição da faixa em laranja, relativa à defasagem.

Apresentou também dados referentes ao **transporte escolar**, destacando que o município conta com **65 veículos de frota própria**, atendendo ao total de **4.654 alunos**.

Por fim, a **Subsecretária** agradeceu a toda a equipe da **Secretaria de Educação** pelo levantamento dos dados e a todos os presentes na audiência, encerrando sua participação.

Retornando a palavra, a **Presidente da Comissão, Vereadora Professora Lívia**, agradeceu a exposição realizada pela **Subsecretária de Educação** e pela **Diretora Financeira**, destacando a importância de a Comissão receber previamente o material, o que possibilita uma análise mais aprofundada.

Em seguida, apresentou uma série de questionamentos dirigidos à **Secretaria de Educação**, organizando-os em bloco, para que fossem respondidos de forma objetiva.

Inicialmente, tratou da questão dos **contratos por RPA**, destacando que existe decisão judicial determinando ao Município a elaboração, em até 60 dias, de um plano de substituição integral dos RPAs, não sendo mais permitido contratar nessa modalidade. Ressaltou, entretanto, que houve aumento de contratações por RPA nas disciplinas de Educação Artística, Educação Física e Ensino Religioso.

Abordou também a contratação por meio da empresa **Capital Ambiental**, observando que se ampliou o número de educadores e cuidadores terceirizados, mesmo havendo concurso público em vigor para a função de educador. Perguntou, assim, qual a perspectiva de substituição dos terceirizados por concursados.



Sobre os **estagiários**, apontou que o relatório não especifica a área de formação (Pedagogia, Licenciatura ou Psicologia). Indagou se ainda há estagiários de Psicologia contratados, registrando que houve aumento de 90 contratos em comparação ao quadrimestre anterior. Observou que, embora tenha havido formação realizada em março com a participação de 82 estagiários, o número total à época era de 568, revelando baixa adesão. Ressaltou ainda que não houve formação no quadrimestre em análise, o que considerou uma lacuna importante, solicitando esclarecimentos e a apresentação de perspectiva de retomada desse processo formativo.

No tocante à carência de **concursados**, a parlamentar registrou que, no Ensino Fundamental I e na Educação Infantil, a soma de contratos por RPA e RETH aponta para 413 e 239 vagas, respectivamente, questionando se haverá convocação de concursados para suprir a demanda e substituição dos RPAs, que somariam mais de 300 apenas na área de docência.

Sobre a **fila da Educação Infantil**, reconheceu a redução, mas perguntou se houve inauguração de novos CEIs ou EMEIs, visto que a solução poderia ter sido a aglutinação de turmas e o aumento de alunos por sala, o que considerou um problema.

Em relação à **Educação Especial**, discordou dos números apresentados quanto à fila de espera para atendimento em sala de recursos. Esclareceu que, considerando os 2.351 estudantes com deficiência, dos quais 1.053 estão atendidos, a fila real seria de aproximadamente 1.292 crianças, e não de 37, conforme constava no relatório.

Tratando da **Educação Integral**, destacou a disparidade no quadro de profissionais, apontando a necessidade de, pelo menos: 81 auxiliares de serviços gerais, 81 cozinheiros, 109 cuidadores, 85 educadores, 110 inspetores, 95 secretários escolares e 101 zeladores. Observou que há escolas sem inspetor ou auxiliar de serviços gerais da rede, dependendo integralmente de contratados terceirizados.

Quanto à **EJA – Educação de Jovens e Adultos**, registrou a diminuição no número de estudantes nas fases finais, questionando se a política de busca ativa tem funcionado e se a evasão decorre de desinteresse ou de falhas na atuação da rede.

No item **infraestrutura**, apontou que no quadrimestre anterior constavam obras em andamento nas escolas Odete Monteiro, Professora Graça Costa, Sérgio Ribeiro, Major Júlio Frederico Koeller, Almirante Tamandaré e CEI Carolina Teles, mas que essas informações não aparecem no relatório atual. Indagou o motivo da supressão desses registros e cobrou detalhamento sobre percentuais de execução e prestação de contas das obras paralisadas, citando como exemplo a paralisação da obra da EMEI Maria da Glória Queiróz de Vasconcelos. Acrescentou ainda a demanda referente à necessidade de substituição do telhado da Escola Alto Independência.

Retomando a questão dos **estagiários**, reforçou sua preocupação com a ausência de formação no período analisado, classificando-a como grave lacuna para a qualidade do acompanhamento dos estudantes.

Por fim, tratou da **merenda escolar**, relatando que, embora o governo tenha afirmado ter solucionado a questão contratual por dois meses, o período letivo é maior e já existem



escolas com falta de gêneros alimentícios, incluindo hortifrutis e proteínas, restando apenas arroz e feijão em algumas unidades. Ressaltou que essa é uma demanda recorrente trazida por outros vereadores, reforçando a necessidade de resposta imediata por parte da **Secretaria**.

Encerrando sua fala, a **Vereadora** informou que abriria o espaço para manifestações dos demais parlamentares e membros da mesa, solicitando, entretanto, que a **Secretaria** respondesse às perguntas apresentadas.

Em seguida, a **Secretaria Municipal de Educação**, Professora **Poliana Ferrarez**, iniciou suas considerações a respeito dos questionamentos apresentados pela **Presidente da Comissão**.

Esclareceu, inicialmente, que responderia a algumas questões, cabendo à **Subsecretaria** detalhar outras, uma vez que parte das informações refere-se ao período anterior à sua posse.

No tocante aos **contratos por RPA**, informou que está sendo constituído um **grupo de trabalho em conjunto com a Secretaria de Administração** para definição do plano de substituição, em conformidade com a decisão judicial. Relatou que, inclusive, na véspera da audiência, ocorreu reunião sobre o tema. Explicou que a convocação dos concursados tem sido feita em blocos de 60 pessoas, estando em preparação uma nova chamada. Ressaltou, entretanto, que o processo é complexo, envolvendo documentação, posse e alocação, o que impossibilita a substituição integral ainda no exercício de 2025. Assim, afirmou que será inevitável concluir o ano com quantitativo de profissionais contratados por RPA, estando o planejamento voltado a convocar todos os concursados possíveis ao longo de 2026.

Esclareceu ainda que, no âmbito dos RPAs, há dois tipos de carência: a carência temporária, decorrente de licenças de servidores efetivos, na qual não é possível a convocação de concursados, e a carência real, que deverá ser suprida diretamente por aprovados em concurso. Reconheceu que o banco de concursados possui limite e que em algumas listas haverá esgotamento, restando carências não supridas. Nessas situações, afirmou que a Secretaria estuda, junto à Administração, formas alternativas de contratação.

Ressaltou que, no relatório apresentado, já é possível observar a redução de RPAs e o aumento de **RETH (Regime Especial de Horas Temporárias)**, uma vez que a gestão tem incentivado professores da própria rede a assumir horas extras, como forma de evitar contratações externas. Destacou que o plano de trabalho a ser apresentado ao Ministério Público contemplará a distinção entre carências temporárias e reais, a utilização do banco de concursados e a realização das chamadas de forma gradual, respeitando a capacidade administrativa de absorção dos profissionais.

No que diz respeito aos **estagiários**, destacou a importância da atuação desses profissionais, especialmente no apoio ao atendimento dos alunos da **educação inclusiva**. Ressaltou que a rede pública tem recebido crescente número de estudantes com deficiência, inclusive oriundos da rede privada, pela qualidade do atendimento ofertado. Nesse sentido, frisou que os estagiários desempenham papel essencial no



acompanhamento, sendo considerados parte fundamental da política educacional da cidade.

Na sequência, estabeleceu-se breve diálogo entre a **Presidente da Comissão, Vereadora Professora Lívia**, e a **Secretaria Municipal de Educação**, nos seguintes termos:

A **Vereadora** indagou acerca da previsão de nova chamada de concursados na área da Educação, referindo-se à informação da **Secretaria** de que as convocações ocorreriam em blocos de 60.

Em resposta, a **Secretaria** confirmou que as chamadas estão sendo realizadas "de 60 em 60", acrescentando que a próxima convocação já estaria programada para ocorrer em breve. Na oportunidade, transferiu a palavra à **Subsecretaria de Educação, Professora Carolina Kapler**, para complementação das informações.

Em complementação, a **Subsecretaria de Educação, Professora Carolina Kapler**, apresentou esclarecimentos. Informou que há um calendário de convocações de concursados já divulgado na página oficial da Prefeitura, prevendo a chamada de aproximadamente 60 profissionais a cada etapa. Destacou que, após a conclusão de um extenso processo admissional no primeiro semestre de 2025 — finalizado em agosto e envolvendo três secretarias (Educação, Saúde e Administração) —, foram realizadas convocações nos dias 1º, 15 e 29 do mês de agosto, estando já programada a próxima chamada, também contemplando grupo de 60 profissionais.

No tocante aos **estagiários**, comunicou que o Departamento responsável está preparando uma nova formação a ser realizada no mês de outubro, ressaltando a relevância da capacitação contínua desses profissionais para o desenvolvimento dos alunos da inclusão.

A **Subsecretaria** também registrou informações acerca da **Busca Ativa Escolar**, pontuando que, embora não tenha constado nos slides apresentados, os dados estão detalhados no relatório geral entregue à Comissão. Informou que o Município foi convidado, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a participar de evento na capital fluminense na semana seguinte, em razão das boas práticas implementadas no âmbito da Busca Ativa.

No relatório, constam 285 estudantes acompanhados, dos quais 96 casos já foram considerados resolvidos. Entre os desfechos positivos, destacou: 2 transferências para outros municípios; 20 alunos rematriculados; e 74 estudantes anteriormente infrequentes que retomaram frequência satisfatória, sendo reincorporados ao processo escolar. Ressaltou, ainda, que 172 casos permanecem em acompanhamento contínuo pela inspeção escolar, em articulação com a rede de proteção, unidades de saúde da família, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos envolvidos, de modo a localizar o estudante, garantir seu retorno à escola ou, quando necessário, viabilizar nova matrícula na rede municipal.

Na sequência, a **Secretaria de Educação, Professora Poliana Ferrarez**, retomou a palavra para abordar o tema da **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, destacando tratar-se de uma prioridade em sua trajetória profissional, por ser uma modalidade que acompanha



desde o início de sua carreira como docente, quando assumiu sua primeira turma de Geografia no 6º ano da EJA.

A **Secretaria** explicou que, no início do ano letivo, há um elevado número de matrículas, em razão da característica própria do EJA, estruturado em períodos de seis meses. Nesse contexto, pontuou que, no decorrer do ano, ocorre a conclusão de turmas, de modo que parte dos estudantes deixa a rede municipal não por evasão, mas por conclusão do ciclo. Ressaltou que, após a saída desses concluintes, torna-se necessário formar novas turmas.

Contudo, enfatizou a dificuldade na captação de novos alunos no segundo semestre, em razão da percepção de que o ingresso nesse período acarretaria conclusão apenas no meio do ano seguinte, o que, segundo suas palavras, ainda constitui um tabu e um preconceito enfrentado pelos estudantes da modalidade. Informou que a Secretaria tem realizado esforços de convencimento, busca ativa e divulgação para estimular novas matrículas, mas reiterou que, em todas as redes, tanto municipal quanto estadual, o número de ingressantes no EJA no meio do ano é sempre inferior ao registrado no início do período letivo.

Neste momento, a **Vereadora Professora Lívia** fez uma breve intervenção, apresentando observação referente à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Destacou que, por exemplo, na fase 6, correspondente aos anos finais, o quantitativo de estudantes matriculados variou de 126 em maio, para 122 em junho, 93 no mesmo mês e 98 em agosto, evidenciando um declínio no período.

Pontuou que a mesma situação foi identificada nas fases 4, 5, 6, 7 e 8, em que se registrou queda no número de estudantes. Como encaminhamento, sugeriu que a **Busca Ativa** pudesse apresentar relatórios específicos sobre a EJA, contendo dados como: quantos casos foram resolvidos, quantos permanecem em aberto e quantos efetivamente se caracterizaram como evasão. Ressaltou que, sem esse parâmetro, não há como avaliar de forma objetiva a situação dos estudantes da modalidade.

Na sequência, a **Secretaria de Educação**, Professora Poliana Ferrarez, retomou a palavra, inicialmente para responder à observação da **Vereadora** sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Destacou que tal modalidade representa um grande desafio para a gestão, na medida em que a permanência dos alunos se mostra complexa em virtude de suas realidades cotidianas. Ressaltou que muitos estudantes da EJA trabalham, chegam às aulas cansados, mudam de emprego ou enfrentam condições que dificultam a continuidade dos estudos, embora ingressem na escola com o objetivo de ampliar oportunidades profissionais.

Afirmou que a luta diária das equipes escolares, em especial dos diretores de EJA, consiste em manter os alunos até a conclusão, o que não é tarefa simples. Não obstante, a **Secretaria** enfatizou que, em comparação com outras redes, a rede municipal apresenta índices de evasão menores e consegue manter os estudantes por mais tempo. Apontou que, sobretudo no ensino médio da rede estadual, há taxas de evasão significativamente maiores, com turmas reduzidas à metade ao longo do ano.

Salientou, ainda, que é necessário construir projetos e soluções conjuntas, com o apoio da sociedade, a fim de garantir a permanência dos alunos no EJA. Em seguida, passou a tratar da situação da capital (contratações temporárias e terceirizações), explicando que, à



medida que novos concursados são chamados, determinadas funções ocupadas por contratados vêm sendo substituídas. Observou, no entanto, que existem cargos terceirizados para os quais não há concurso público, como cozinheiras e auxiliares de serviços gerais, funções que são indispensáveis ao funcionamento das escolas.

A **Secretaria** esclareceu que muitos profissionais dessas áreas, ao longo dos anos, desenvolvem doenças laborais em razão da sobrecarga de trabalho — como cozinhar para centenas de pessoas diariamente —, o que acarreta licenças médicas ou readaptações funcionais. Ressaltou que, diante da ausência de concursos específicos para essas funções, a alternativa possível tem sido a terceirização, prática também adotada por outras redes de ensino.

Finalizou relatando que, em virtude da atual situação de calamidade financeira, a Secretaria vem realizando uma análise minuciosa, escola por escola, para identificar as necessidades reais de pessoal, buscando reduzir contratações terceirizadas e remanejar profissionais readaptados ou em retorno de licença para funções essenciais, como inspetores ou auxiliares de secretaria. Reconheceu, contudo, que o enfrentamento desse desafio exige um estudo aprofundado e só poderá ser solucionado em médio e longo prazo, não havendo condições de resolução plena já em 2026.

Encerradas as respostas da Secretaria de Educação e da Subsecretaria, a **Vereadora Professora Lívia** comunicou que passaria às manifestações dos parlamentares presentes, iniciando pela **Vereadora Julia Casamasso**, que fez uso da palavra.

A **Vereadora** saudou a todos os presentes e agradeceu a apresentação do relatório, ressaltando que suas observações não se tratavam de críticas pessoais, mas do exercício legítimo da função fiscalizadora do Legislativo.

Em sua manifestação, a **Vereadora** destacou, primeiramente, a preocupação com a entrega de um novo relatório no mesmo dia da audiência, sem qualquer indicação das alterações realizadas em relação à versão anterior. Ressaltou que não foram sinalizadas as páginas ou dados retificados, o que prejudica a transparência e compromete a análise dos vereadores, uma vez que obriga à releitura integral para identificar as mudanças. Acrescentou que não se trata de um episódio isolado, pois situação semelhante já havia ocorrido na apresentação do quadrimestre da saúde.

Pontuou que a gravidade é ainda maior diante da constatação de que as alterações se referiam a dados relevantes, como quantitativos da fila de espera, informações sobre terceirizados, educação integral e até indicadores de orçamento. Em sua avaliação, tais inconsistências acabam por fragilizar a credibilidade da gestão perante a população e a comunidade escolar, sobretudo no que se refere à política de transparência.

A **Vereadora** também chamou atenção para a ressalva, contida no início do relatório, de que seriam apresentados estritamente os dados previstos em lei. Afirmou compreender que se trata de obrigação legal da Secretaria, mas ressaltou que o relatório quadrimestral é um instrumento crucial de transparência e participação popular, devendo conter informações complementares de interesse coletivo, como o andamento das obras em escolas, mencionadas anteriormente pela **Vereadora Professora Lívia**. Observou, ainda, a ausência de listagem de unidades escolares que constaram em relatórios anteriores, bem como a

existência de erros, inconsistências e falta de clareza em temas estruturantes, tais como transporte escolar, educação integral, fila de espera e quantitativo de trabalhadores contratados em regime de RPA.

Nesse sentido, criticou a falta de um planejamento institucional mais sólido para a política de transparência, reforçando que o quadrimestre deve cumprir esse papel de forma plena, comprometida e detalhada. Recordou que tal obrigação é assegurada pela Lei Municipal nº 8.860, de autoria do então Vereador Fred Procópio, e alertou para o risco atual de descontinuidade do quadrimestre em razão da decisão judicial que suspendeu a lei em ação ajuizada pelo ex-prefeito Rubens Bomtempo, julgada procedente pelo Tribunal de Justiça. Considerou tal situação um verdadeiro retrocesso e uma afronta ao princípio da transparência.

Diante disso, apontou três caminhos possíveis para garantir a continuidade do quadrimestre: (i) que a Câmara Municipal siga firme na defesa da constitucionalidade da lei, apresentando recurso robusto em favor da população, com o apoio dos gabinetes parlamentares; (ii) que, em caso de derrubada definitiva da lei, os vereadores assumam o compromisso de apresentar e aprovar imediatamente um novo projeto de lei para assegurar a continuidade da prestação de contas quadrienal; e (iii) que o Poder Executivo, caso comprometido com a transparência, antecipe-se, assumindo de forma institucional o compromisso ético e político de manter a audiência quadrienal, independentemente da disputa judicial, enviando o GP e garantindo a permanência do instrumento de fiscalização e participação popular.

Reafirmou que relatórios completos e transparentes são fundamentais tanto para a comunidade escolar quanto para o exercício do controle social por parte da população e da Câmara Municipal. Em seguida, apresentou suas primeiras perguntas, em bloco, a fim de otimizar o tempo: questionou, especificamente, a inconsistência verificada no relatório quanto ao número de professores contratados em regime de RPA. No primeiro quadro, consta o total de **474 profissionais**, enquanto no segundo, discriminado por área de conhecimento, aparecem **680 profissionais**. Indagou, assim, qual seria o dado correto e como explicar tal divergência.

Após a indagação formulada, a **Secretaria de Educação** solicitou a palavra em breve aparte para esclarecer a dúvida inicial apresentada pela **Vereadora Julia Casamasso**, informando que a divergência apontada decorre do fato de que, em um dos quadros, consta o quantitativo de profissionais, enquanto no outro está registrado o quantitativo de tempos de aula. Ressaltou que, portanto, tratam-se de informações distintas.

Na sequência, a **Vereadora Julia Casamasso** retornou à palavra para finalizar seus questionamentos, destacando, em primeiro lugar, que o relatório da Secretaria menciona que as contratações via RPA ocorrem para suprir licenças-prêmio e médicas, mas que os números apresentados — 474 professores contratados frente a 228 licenças — evidenciam diferença significativa, o que demonstraria a carência de profissionais. Indagou, nesse sentido, se haverá chamamento de concursados para suprir as vagas e qual seria o plano da gestão para reduzir e extinguir esse tipo de contratação, considerando decisão judicial já existente.

Em seguida, registrou que houve redução de 11 cozinheiras concursadas entre maio e agosto, conforme página 11 do relatório, e questionou sobre a previsão de acesso à sala de recursos multifuncionais para todos os alunos que se encontram em lista de espera. A respeito das escolas de tempo integral, pontuou que os dados apresentados parecem incompletos, pois constam apenas os profissionais concursados, levando à interpretação de que há apenas um cuidador na rede e inexistência de auxiliares de serviços gerais para as 33 unidades escolares e 77 CEIs, sem registro de estagiários e terceirizados. Questionou ainda a ausência de registro de inspetores de disciplina no mês de agosto.

Sobre as políticas educacionais, abordou a evasão escolar, ressaltando a necessidade de mapear todas as causas para que a busca ativa seja eficaz. No tocante à oferta do ensino médio, destacou que o Liceu Municipal permanece como única escola da rede a oferecer essa modalidade, embora seja de responsabilidade estadual, e questionou se há contrapartidas ou convênios que justifiquem a manutenção dessa oferta pelo município, bem como se os profissionais atuantes são concursados ou contratados pela Prefeitura.

A respeito da educação infantil, a **Vereadora** destacou a existência de mais de 1.000 crianças em lista de espera por vagas em creche e a ausência, no PPA, de previsão para construção de novas unidades, constando apenas aumento modesto de atendimento (240 vagas em 4 anos). Indagou, portanto, se há previsão ou possibilidade de zerar a fila no período.

No tema da infraestrutura e segurança, questionou a ausência, no relatório, das especificações e regulamentações das visitas realizadas pelo Corpo de Bombeiros, bem como a existência de riscos em escolas visitadas e quais providências seriam necessárias para manutenção do funcionamento dessas unidades. Solicitou também cronograma de entrega das obras no Liceu Municipal e na Escola Municipal Maria da Glória Queiroz Vasconcelos, além de informações sobre a Escola do Caetitu, atualmente funcionando em Correias em prédio que possui sala interditada pela Defesa Civil, e sobre a Escola Odete Monteiro, no Bonfim, contemplada em relatórios anteriores e que permanece sem obras, embora já funcione em tempo integral e necessite de pátio coberto.

No tocante ao transporte escolar, solicitou o número total de veículos efetivamente em operação, incluindo os vinculados ao programa **Caminho da Escola** e ao de **Difícil Acesso**, visto que a resposta a requerimento anterior indicou 46 veículos do Caminho da Escola (dos quais 21 fora de circulação) e 32 do Difícil Acesso, números divergentes dos apresentados no relatório.

Quanto ao aprendizado, destacou preocupação com os índices de defasagem em matemática, especialmente o salto entre os anos de ensino (23% no 5º ano, 52% no 6º e 70% no 9º), solicitando esclarecimentos sobre as medidas em curso para enfrentar essa dificuldade e eventuais programas planejados para enfrentar os impactos pós-pandemia.

A **vereadora** também questionou a ausência de banca de heteroidentificação no concurso de 2022, medida necessária para evitar fraudes nas cotas raciais, indagando sobre como se deu a verificação nas convocações e posses, e como ocorrerá nos próximos chamamentos. Perguntou ainda sobre a realização de novos concursos, tanto para reposição de cargos já existentes quanto para aqueles abrangidos pelo Decreto nº 555, recentemente revogado, destacando a importância da iniciativa da gestão em revogá-lo.



Por fim, questionou a variação expressiva entre os dados apresentados no relatório sobre terceirizados, referentes a inspetores, auxiliares, secretários, educadores, cozinheiros, intérpretes de Libras, cuidadores, motoristas, monitores, vigias, nutricionistas, engenheiros e arquitetos, solicitando detalhamento e explicações.

Na sequência, a **Vereadora Professora Lívia, Presidente da Comissão**, informou que daria continuidade às falas da mesa, passando a palavra ao **Vereador Dr. Aloisio**, ficando as respostas da **Secretaria** para o final das intervenções.

O **Vereador Dr. Aloisio** manifestou-se agradecendo a palavra e afirmou: “*Obrigado, Presidente. Boa noite a todos. Considero que os questionamentos já realizados pela Vereadora Professora Lívia e pela Vereadora Júlia são bastante abrangentes. Neste momento, registro apenas duas perguntas: por que a posse dos concursados demorou tanto e se houve dívidas com fornecedores de merenda deixadas pela gestão passada, e se tais dívidas comprometeram o fornecimento de itens para a rede escolar, limitando-se a essas questões.*”

A **Vereadora Professora Lívia** agradeceu a manifestação do **Vereador Dr. Aloisio** e esclareceu que “*a crise da merenda se instalou efetivamente agora, depois de alguns meses de gestão, havendo tempo suficiente para que os fornecedores fossem pagos.*” Em seguida, a **Vereadora Professora Lívia** passou a palavra ao **Vereador Léo França** para dar continuidade às falas dos parlamentares presentes.

O **Vereador Léo França** cumprimentou a Presidente da audiência, Professora Lívia, a Vereadora Júlia Casamasso, o Vereador e Secretário de Governo Fred Procópio, os demais vereadores, a Secretaria de Educação e a ex-Secretária presente, bem como servidores da educação, membros do SEPE e demais integrantes da mesa.

O **Vereador Léo França** fez uso da palavra para registrar inicialmente sua satisfação com a postura da **Secretaria** na reunião do CAE, destacando a transparência e o diálogo mantidos com os parlamentares e membros do governo.

Em seguida, formulou os seguintes questionamentos: Em relação à **merenda escolar**, questionou a divergência entre as denúncias de falta de hortifruti nas escolas e o cardápio publicado diariamente no portal de transparência, sugerindo a atualização imediata do cardápio para refletir a realidade; Sobre o **Vale Educação**, solicitou esclarecimentos acerca do cálculo do benefício, citando pagamento realizado em setembro às empresas de transporte superior ao valor previsto; Questionou a situação da **empresa Capital Ambiental**, solicitando informação sobre o valor da dívida atual da Prefeitura e se há cronograma de pagamento aos contratados via RPA, terceirizados, projetos e estagiários; Sobre o **censo escolar de 2024**, questionou a discrepância de 34.000 para 37.261 alunos, solicitando esclarecimento sobre a localização e matrícula desses estudantes; Solicitou informações sobre **inaugurações de novas unidades escolares**, incluindo Centros de Educação Infantil, ainda para o ano de 2025; Perguntou se houve **avaliação, levantamento ou simulado preparatório para a prova do SAEB**, e se a rede escolar tem promovido mobilização para sua realização; Em relação aos dados do **relatório da Secretaria de Fazenda**, observou divergência em relação aos dados apresentados pela Secretaria de



Educação, citando que, apesar do investimento de 28,92% da receita corrente líquida na educação, ainda há atrasos no pagamento de funcionários, projetos e falta de merenda.

O **Vereador** solicitou que a **Secretaria** respondesse aos questionamentos apresentados, destacando a necessidade de esclarecer quais números condizem com a realidade.

A **Vereadora Professora Lívia**, Presidente da audiência, retomou a palavra para dar sequência às falas dos vereadores presentes, informando que, após as manifestações de todos, a Secretaria de Educação teria a oportunidade de responder aos questionamentos feitos. Em seguida, passou a palavra ao **Vereador Wesley Barreto**.

O **Vereador Wesley Barreto** iniciou sua fala cumprimentando a todos e parabenizando a **Secretaria de Educação** pelo início de sua gestão. Destacou a disponibilidade da **Secretaria** em atender os vereadores e em se colocar à disposição para auxiliar na resolução das demandas das escolas do município, enfatizando que tal postura é louvável. Ressaltou que os desafios encontrados, especialmente relacionados à merenda e ao pagamento dos servidores, são significativos, diante do cenário de calamidade financeira herdado. Colocou-se à disposição da **Secretaria** para colaborar na busca de recursos que permitam à Secretaria de Educação cumprir suas responsabilidades e compromissos.

A **Vereadora Professora Lívia, Presidente da audiência**, passou a palavra à **Secretaria de Educação** para que esta respondesse às questões levantadas pelos vereadores, salientando que, em seguida, daria sequência às falas da mesa e às inscrições do plenário. Orientou ainda que o tempo da audiência fosse monitorado, concedendo à **Secretaria** cinco minutos para suas respostas.

A **Secretaria de Educação** tomou a palavra e passou a responder às questões levantadas pelos vereadores, iniciando pelos assuntos relacionados ao RPA, esclarecendo que o fluxo de contratação sempre existirá devido às carências temporárias e à ocorrência diária de aposentadorias, licenças e exonerações. Sobre o quadro de cozinheiras, informou que houve grande número de licenças e readaptações, especialmente nas funções de ASG e cozinha, devido a problemas laborais adquiridos pelos profissionais. Ressaltou que a composição de ASG em escolas integrais depende de terceirizados, por ausência de concurso, sendo inevitável a contratação dessa forma para garantir o atendimento.

Em relação à avaliação diagnóstica, a **Secretaria** explicou que desde o início do ano está sendo aplicada para identificar habilidades e competências dos alunos e planejar ações de melhoria, destacando que o trabalho se concentra na formação dos professores, com vistas a garantir que os alunos aprendam com qualidade, independentemente do desempenho passado da rede. Informou que a projeção da Secretaria é melhorar os índices do IDEB gradativamente, com foco no desenvolvimento efetivo dos alunos.

Sobre o **Liceu Municipal**, a **Secretaria** destacou que se trata de patrimônio educacional do município e que todos os professores são concursados da rede de Petrópolis. Explicou que o objetivo é desenvolver projetos vocacionais na escola e que, apesar das expectativas anteriores, a obra não será entregue em novembro conforme informado anteriormente,



devido a questões de medição e à necessidade de garantir a segurança e qualidade da execução.

No tocante à **infraestrutura e segurança**, a **Secretaria** detalhou projeto desenvolvido em parceria com a Defesa Civil, priorizando CEIs, com mapeamento das rotas de evacuação, formação de profissionais responsáveis e realização de simulados, acompanhados pelo Ministério Público. Informou que todos os mapas das escolas estão sendo elaborados e que as crianças serão orientadas sobre as rotas de evacuação em caso de incêndio, destacando a relevância do projeto para a segurança escolar.

A **Vereadora Júlia Casamasso** solicitou a palavra por questão de ordem, a qual foi concedida pela **Presidente da Audiência**.

Em seguida, a **Vereadora Júlia Casamasso** fez uso da palavra:

"Obrigada, presidente. Eu só queria perguntar se ela vai responder todas as questões, mas pontuar que em nenhum momento eu quero que a gente passe pro estado o Liceu, em nenhum momento. O Liceu é um patrimônio da nossa cidade. Então eu reitero a pergunta se existe alguma contrapartida do Estado, do Governo do Estado, do Governo Federal em relação a gente manter o Liceu, o ensino médio, enquanto uma escola do município. E, por último, é, se não vai entregar agora em novembro, então para fevereiro do ano que vem, os alunos vão poder começar voltando pro prédio?"

A **Secretaria** prosseguiu com sua fala, ressaltando que as informações sobre o prazo da obra do Liceu dependem da Secretaria de Obras, mas que o município possui um projeto pedagógico e a intenção de manter a escola sob sua gestão, com foco em torná-la vocacional. Em seguida, respondeu às questões referentes ao contrato da empresa Capital, destacando que se trata de um contrato herdado e que está em processo de negociação para regularização.

Durante a explanação, o **Vereador Léo França** pediu esclarecimentos sobre o valor da dívida com a empresa, mencionando inconsistências nos dados apresentados pelo Portal da Transparência. O diálogo gerou divergências de interpretação sobre a origem do contrato e manifestações do Plenário.

Dante disso, a **Vereadora Professora Lívia**, na qualidade de presidente da audiência, solicitou respeito à condução dos trabalhos, pedindo que a **Secretaria** se ativesse às perguntas feitas e reforçando a necessidade de manter a ordem e o cumprimento do prazo regimental da audiência.

Com o plenário já mais calmo, a **Vereadora Professora Lívia** indagou ao **Vereador Léo França** se haveria mais alguma dúvida. O parlamentar, então, dirigiu novo questionamento à **Secretaria**, pedindo esclarecimentos sobre o pagamento de R\$610.000,00 às empresas de ônibus, solicitando que fosse detalhado como se chegou a esse valor.

Em resposta ao questionamento, a **Secretaria** esclareceu que existe um acordo judicial referente a uma dívida do programa Vale Educação, cujo cumprimento é obrigatório por determinação judicial, cabendo à gestão atual apenas efetivar os pagamentos. Ressaltou que o cálculo e a origem dessa dívida foram feitos em gestões anteriores, podendo ser



levantados para evitar que situações semelhantes ocorram futuramente, mas que, no presente, cabe ao município cumprir o acordo firmado.

A **Secretaria** acrescentou ainda que, além da questão do Vale Educação, a Secretaria iniciou o ano de gestão com um montante de R\$3.550.000,00 em dívidas relacionadas à merenda escolar. Destacou que foi necessário negociar com fornecedores e realizar ampla mobilização para garantir o fornecimento de alimentos, assegurando que as crianças tivessem refeição nas unidades escolares.

Na sequência, o **Vereador Léo França** solicitou a palavra pela ordem, sendo-lhe concedida pela **Presidência** da audiência. O parlamentar dirigiu-se à **Secretaria** afirmando que, em sua avaliação, não houve fornecimento adequado de merenda durante a atual gestão. Prosseguiu ressaltando a necessidade de atenção quanto ao uso de recursos públicos, apresentando cálculos que, segundo ele, demonstrariam inconsistências no pagamento da dívida do programa Vale Educação.

Explicou que, considerando a tarifa vigente de R\$5,90, o número de 34.000 alunos apontado pelo censo e a frequência de 200 dias letivos, o valor devido seria de aproximadamente R\$1.673.000,00. Observou, entretanto, que o governo efetuou pagamento no montante de R\$1.927.000,00, valor que, em sua visão, não corresponderia à realidade e caracterizaria quitação indevida de dívida. Concluiu alertando que pagamentos realizados de forma equivocada com recursos públicos podem ensejar responsabilização futura dos gestores.

Na sequência, o **Secretário de Governo, Sr. Fred Procópio**, solicitou a palavra pela ordem, a qual lhe foi concedida pela **Presidência** da audiência. O **Secretário** iniciou destacando a importância de retomar o debate de forma organizada, ressaltando que a audiência transcorria de maneira adequada, com cada questionamento sendo respondido pela **Secretaria de Educação**.

Pontuou que, em sua prática política, não costuma voltar-se a gestões anteriores, mas enfatizou que qualquer parlamentar ou cidadão que não concorde com medidas do governo tem pleno direito de se posicionar. Salientou, contudo, a necessidade de atenção ao tempo disponível, lembrando que a audiência tinha prazo regimental até às 22 horas, sendo que naquele momento já se aproximava das 21 horas.

Reforçou a importância de que os parlamentares e o plenário pudessem manifestar-se de forma ordenada e que a Secretaria tivesse oportunidade de responder a todas as perguntas formuladas. Quanto ao tema do Vale Educação, afirmou não ter detalhes sobre os cálculos apresentados, mas esclareceu que, conforme seu conhecimento, trata-se de um acordo judicial referente a meses do exercício anterior que vêm sendo pagos no presente ano.

Na sequência, a **Vereadora Professora Lívia, Presidente da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos**, retomou a palavra destacando a expectativa de que a audiência pudesse ser conduzida com ética e rigor, conforme sempre ocorreu nas sessões relacionadas à educação.

A **Vereadora** pontuou que as manifestações do plenário são legítimas e fazem parte do direito democrático, mas ressaltou que, em determinadas ocasiões, a presença de alguns



participantes pode ter objetivos distintos do propósito central da audiência. Deixou registrada tal reflexão e, em seguida, deu continuidade à condução dos trabalhos da mesa, convidando a Sra. **Rosemar Silveira, representante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE**, para sua manifestação.

Na sequência, a Sra. **Rosemar Silveira**, representante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – **SEPE**, fez uso da palavra.

Iniciou agradecendo à **Vereadora Professora Lívia** e à Comissão pela realização da audiência, ao mesmo tempo em que lamentou a ausência da maioria dos vereadores, ressaltando a necessidade de maior comprometimento da Casa Legislativa com os debates sobre a educação.

Em sua fala, destacou que a crise da merenda escolar não é de responsabilidade direta da Secretaria de Educação, mas resultado de decisões equivocadas no orçamento aprovado em anos anteriores. Afirmou que os valores destinados à alimentação escolar foram insuficientes frente à demanda, o que comprometeu a qualidade e a quantidade da merenda oferecida. Ressaltou ainda que o problema está diretamente relacionado à destinação de recursos a outras áreas, em detrimento da educação.

A representante do **SEPE** apontou também a existência de contratos e cargos considerados indevidos no âmbito educacional, defendendo a revisão imediata dessas despesas.

Reforçou a importância de que o orçamento da próxima Lei Orçamentária Anual (LOA) contemple, de forma adequada, os recursos necessários à merenda e demais demandas do setor.

Outro ponto abordado foi a situação dos estagiários, que, segundo ela, enfrentam condições precárias, sem vínculo direto entre a área de estudo e a função exercida, além de não possuírem previsibilidade quanto ao pagamento das bolsas. Destacou a necessidade de maior organização, transparência e dignidade no tratamento a esses trabalhadores.

A Sra. **Rosemar** também alertou para a disparidade na distribuição de alunos entre escolas de porte semelhante, como no caso do Liceu, e criticou a baixa efetividade de projetos de informática, diante do número reduzido de computadores disponíveis.

Em relação ao Regime Especial de Horas Temporárias (RETH), defendeu que somente haverá maior interesse por parte dos profissionais se houver melhoria nos valores pagos. Lembrou ainda que a alegação de excesso de licenças médicas como impedimento para novos concursos não corresponde à realidade atual, já que o número de servidores licenciados é reduzido.

A representante agradeceu a revogação do Decreto nº 555, mas cobrou a realização de concurso público, bem como o retorno de servidores cedidos a outras secretarias, de forma que os recursos da educação sejam integralmente aplicados em sua finalidade.

Por fim, ressaltou a importância de que cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado sejam reconhecidos como formação continuada, evitando a sobrecarga de obrigações formativas paralelas. Encerrando sua fala, destacou a necessidade de redução da carga horária dos auxiliares de serviços gerais e merendeiras, em razão do desgaste físico da



função, defendendo que o investimento em educação também deve contemplar melhores condições de trabalho para esses profissionais.

Após a fala da Sra. **Rosemar Silveira**, a **Vereadora Professora Lívia** retomou a palavra, destacando que as formações de pós-graduação, mestrado e doutorado mencionadas no relatório decorrem de iniciativa individual dos profissionais da rede, não configurando ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação. Ressaltou que tais informações, por não serem de responsabilidade direta do poder público municipal, não deveriam constar no relatório, exceto nos casos de concessão de licenças para estudo, o que, segundo a Vereadora, é raro na rede.

Nesse momento, o **Secretário de Governo, Sr. Fred Procópio**, solicitou a palavra para esclarecer que a crise orçamentária já havia sido sinalizada no ano anterior, ainda no primeiro quadrimestre, em razão da previsão de corte do ICMS repassado à prefeitura. Informou que, à época, foi necessária a mobilização de vereadores e gestores para discutir o orçamento, que não cobria nem a folha de pagamento, além do déficit do INPAS, situação que já apontava as dificuldades enfrentadas no presente exercício.

Na sequência, a **Vereadora Professora Lívia** reforçou que a contratação por RPA agrava a situação do INPAS, reiterando a preocupação com o impacto dessa modalidade sobre as finanças do município.

Em seguida, convidou para fazer uso da palavra o representante da **Central de Trabalhadoras e Trabalhadores, Sr. Márcio Franco**.

Fez uso da palavra o Sr. **Márcio Franco**, representante da **Central de Trabalhadoras e Trabalhadores – CTB**, uma das centrais sindicais mais representativas do país, que também integra a **Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privados e o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro – Sinpro Rio**.

O expositor saudou a mesa, os vereadores presentes, os representantes do Executivo, as entidades e o plenário, destacando a relevância do espaço de debate promovido pela Comissão de Educação. Informou que, ao analisar o relatório inicialmente recebido, havia identificado quatorze pontos de atenção, mas, em razão do tempo, concentrou sua fala em seis observações principais.

Inicialmente, recordou as palavras do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que completaria 104 anos no mês de setembro, e ressaltou a necessidade de se manter a capacidade de se espantar diante da realidade. Neste sentido, apontou como grave a precarização das relações de trabalho na rede municipal, com elevado número de professores contratados via RPA e educadores terceirizados, sem clareza se estes recebem o piso nacional do magistério, atualmente fixado em R\$4.867,77 para 40 horas semanais.

Em seguida, destacou a utilização inadequada de estagiários, que, além de mal remunerados, vêm sendo alocados em funções que deveriam ser exercidas por professores concursados, seja como regentes de turma ou mediadores responsáveis pela adaptação pedagógica.



Outro ponto levantado foi a fila de espera por vagas na rede, que, segundo relatório de agosto, superava mil estudantes, evidenciando déficit significativo.

Na sequência, chamou atenção para a insuficiência de infraestrutura tecnológica, registrando que existem apenas 20 laboratórios de informática e 243 computadores disponíveis para mais de 10 mil estudantes nos anos finais do ensino fundamental, número considerado irrisório diante da demanda.

Sobre os índices de desempenho escolar, afirmou que os dados do relatório evidenciam defasagem grave de aprendizagem, sobretudo em matemática, onde apenas 6% dos alunos do 9º ano apresentaram aprendizado adequado, contra 70% em defasagem. Ressaltou que a situação é igualmente preocupante em outras disciplinas, como português (25% de aprendizado adequado) e ciências da natureza (2% de aprendizado considerado alto).

Por fim, registrou que o relatório analisado não apresentava considerações finais, constando apenas uma página em branco, o que considerou lamentável.

Concluiu agradecendo o convite da Comissão, parabenizando a condução da audiência, e destacando a importância do debate público sobre o tema.

Após a fala do Sr. **Márcio Franco**, o **vereador Léo França** solicitou a palavra por questão de ordem, a qual lhe foi concedida pela **Presidência**, com o tempo de 1 (um) minuto para sua manifestação.

O **vereador** declarou que, para fins de esclarecimento, possuía em seu gabinete o relatório de transição elaborado entre o ex-secretário Gurgel e a ex-secretária Adriana de Paula, realizado em 30 de dezembro de 2024, último dia útil do ano, e que teria ocorrido em apenas uma hora. Apontou que, quando o **Secretário de Governo** afirma que a atual gestão herdou dificuldades da administração anterior, omite o fato de que o rombo do INPAS teria se originado em 2021. Acrescentou, ainda, que o próprio Secretário e o então vereador Hingo Hammes aprovaram reajuste de 70% nos subsídios, questionando a coerência de tal medida diante da alegada crise financeira do município.

Encerrada a breve explanação do vereador Léo França, a Presidência concedeu a palavra ao professor **Grossi**, estabelecendo o tempo de 5 (cinco) minutos para sua manifestação.

O professor iniciou cumprimentando a **Secretaria de Educação**, desejando-lhe sucesso à frente da pasta, bem como a **presidente da Comissão, Vereadora Professora Lívia**, estendendo os cumprimentos aos vereadores presentes e lamentando a ausência dos demais.

Pontuou que muitas das perguntas que pretendia apresentar já haviam sido respondidas, mas destacou sua preocupação com a quantidade de contratos por RPA e por terceirização, que, de acordo com o relatório, somam 1.910 funcionários. Ressaltou que, além de precarizar as relações de trabalho, essa modalidade de contratação traz prejuízos ao INPAS, uma vez que tais vínculos não contribuem para o instituto, agravando a sua já delicada situação. Observou que a secretaria havia informado a previsão de contratação de 474 profissionais e manifestou a expectativa de que tal medida ocorra com a maior urgência. Questionou, em seguida, se há previsão de abertura de concurso público para os

cargos de merendeira e auxiliar de serviços gerais, considerados fundamentais para o funcionamento da rede.

Na sequência, chamou atenção para a questão da saúde dos professores, frisando o elevado número de docentes que têm adoecido, especialmente em razão da síndrome de burnout, além daqueles que se licenciam ou mesmo desistem da profissão. Indagou se a secretaria dispõe de políticas ou programas de suporte para esses profissionais, dada a gravidade da situação.

Em seguida, manifestou-se sobre o Liceu Municipal Prefeito Cordolino Ambrósio, recordando os anos em que esteve à frente da direção da unidade e relatando o período em que a escola chegou a ter 3.000 alunos, distribuídos inclusive em um campus adicional, alcançando notoriedade por conquistas acadêmicas como primeiras colocações no Enem e premiações em olimpíadas de matemática. Expressou tristeza ao observar a atual redução no número de estudantes e enfatizou a importância de recuperar o Liceu como escola de referência em Petrópolis.

Esclareceu, em resposta a questionamento anterior, que o ensino médio é de competência do Estado, mas que o Liceu possui tradição consolidada nesse segmento, tendo formado gerações de profissionais, em especial contadores, que atuam no município. Recordou ainda que, em sua gestão, havia repasse específico de recursos destinados aos alunos do ensino médio, não sabendo informar se tal política permanece vigente.

Ao concluir, desejou sucesso à **secretária**, reforçando o pedido de valorização do Liceu e a importância de que o **quadro da artista Djanira**, atualmente em processo de restauração, retorne à escola, sugerindo inclusive que a obra seja transformada em ponto turístico cultural de Petrópolis, pela relevância artística e histórica que representa.

Encerrada a manifestação do professor **Grossi**, a presidente da Comissão, **Vereadora Professora Lívia**, agradeceu a intervenção, destacando a pertinência das observações apresentadas, em especial a recordação acerca do **quadro da artista Djanira**, atualmente localizado no Centro de Cultura, mas que é de responsabilidade da Secretaria de Educação e necessita de restauração.

Na sequência, a presidente informou a abertura da participação do **plenário** e convidou o senhor **Carlos**, representante do movimento **Convoca Petrópolis**, para formular seu questionamento, concedendo-lhe o tempo de 3 (três) minutos para sua fala.

Em seguida, fez uso da palavra o senhor **Carlos**, representante do movimento **Convoca Petrópolis**, que iniciou saudando a presidente da Comissão, **Vereadora Professora Lívia**, a **Vereadora Júlia Casamasso**, o **Vereador Léo França**, os demais parlamentares presentes, a **Secretaria de Educação**, senhora **Poliana**, bem como todas as entidades e o público. Ressaltou a importância da continuidade da gestão na Secretaria de Educação, destacando que nos três últimos relatórios acompanhados houve mudança de secretários, o que, em sua avaliação, compromete o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Na sequência, registrou que o movimento **Convoca Petrópolis** possui mais de 3.000 seguidores no Instagram e mais de 11.000 no Facebook, e apresentou seus questionamentos centrais: indagou sobre o **cronograma de convocações**, pontuando que



até o momento ocorreram duas chamadas, com cerca de 60 convocados em cada uma, ambas restritas aos anos iniciais da primeira região. Perguntou quando serão contemplados os candidatos da segunda região, uma vez que o calendário divulgado não especifica cargos e regiões abrangidas.

Solicitou também informações sobre a previsão de convocação de secretários escolares, lembrando que existem 95 cargos ocupados por não concursados e que a última convocação ocorreu em dezembro de 2024. Destacou, ainda, que o relatório aponta 474 professores contratados por RPA e que foi estabelecido prazo de 60 dias para o encerramento desse tipo de contratação, além de 318 professores em regime RETH, o que totaliza 792 vagas efetivas que poderiam ser assumidas por concursados.

Abordou a questão da **avaliação fenotípica de cotas**, lembrando que já houve denúncias e questionando se a Secretaria de Educação prevê a criação de uma banca avaliadora para futuras chamadas. Ressaltou também a existência de **desvios de função**, citando como exemplo professores de anos iniciais atuando em anos finais e docentes de ensino religioso lotados em disciplinas distintas, como História, com carga horária reduzida em relação à prevista. Indagou se há intenção da Secretaria em corrigir essas distorções.

Por fim, solicitou a possibilidade de realização de uma **reunião formal** entre a Secretaria de Educação e o movimento **Convoca Petrópolis**, destacando que tal pedido já havia sido feito pelas redes sociais, sem retorno até o momento.

Após os questionamentos do representante do movimento **Convoca Petrópolis**, a **Vereadora Professora Lívia**, agradeceu a participação e convidou a senhora **Letícia**, mãe atípica, para realizar seu questionamento à **Secretaria de Educação**, informando que, em seguida, retornaria às falas da mesa com a representante da **OAB**, senhora **Juliana**.

Na sequência, fez uso da palavra a senhora **Letícia**, mãe atípica, que apresentou seus apontamentos relativos às condições de atendimento às crianças da inclusão na rede municipal. Manifestou preocupação com a utilização de estagiários para funções de acompanhamento especializado, ressaltando que estes não possuem formação adequada para atender às demandas dos alunos. Destacou também dificuldades relacionadas ao transporte escolar destinado a estudantes da inclusão, mencionando que, em razão da ausência de pagamento, precisou recorrer a transporte particular para garantir a frequência de sua filha à escola.

Em seguida, a oradora relatou problemas enfrentados no acesso às terapias necessárias pelo sistema público de saúde, informando que há uma fila extensa de crianças aguardando atendimento e que, mesmo na rede privada, procedimentos foram interrompidos. Ressaltou ainda a necessidade de que a inclusão seja efetivada na prática, e não apenas por meio de campanhas e discursos, agradecendo à comissão o espaço concedido para sua manifestação.

Posteriormente, a **presidente da audiência, Vereadora Professora Lívia**, agradeceu à senhora **Letícia** por sua fala e informou o retorno às manifestações da mesa. Registrou que a palavra seria passada à representante da **OAB**, senhora **Juliana**, e, na sequência, ao senhor **Bruno** e à senhora **Raquel**, além de outras duas intervenções do plenário.

Ressaltou a necessidade de que todos os inscritos fossem concisos em suas explanações,



a fim de garantir o encerramento da audiência até às 22 horas. Acrescentou, por fim, que antes do fechamento dos trabalhos a secretaria de educação teria novamente a palavra para responder aos questionamentos apresentados.

A presidente da comissão, Vereadora Professora Lívia, retomou a palavra para agradecer a participação da representante da OAB, Juliana, e concedeu-lhe a palavra. A representante da OAB fez uso do tempo disponível e disse:

"Bom, boa noite a todos, a todas. Primeiramente cumprimentando a Vereadora Professora Lívia, presidente dessa audiência pública, agradecendo o convite e a oportunidade de participar nessa mesa e cumprimentando os demais também. É uma honra estar aqui representando a OAB Petrópolis, na qualidade de vice-presidente da Comissão de Educação. A OAB como órgão de representação da advocacia e também como instituição, tem o dever de zelar pela ordem jurídica, pelos direitos fundamentais e acompanha com atenção a situação da educação do nosso município. Nós viemos recebendo alguns relatos, acompanhando de perto algumas preocupações que chegam da população, principalmente em relação à situação da merenda das escolas, da falta da merenda nas escolas, a demora da convocação dos aprovados em concurso, a quantidade expressiva de contratos temporários e o mais recente também, o atraso do pagamento dos estagiários, questões que impactam diretamente o dia a dia dos alunos, a rotina das escolas.

Então, eu gostaria de destacar alguns pontos, poucos, que muitos já foram falados, mas acho que o principal é a questão da merenda. Com relação à merenda escolar, ao analisar o relatório do segundo quadrimestre, chamou atenção o fato de parecer de forma muito breve, sem qualquer detalhamento da grave crise que vem enfrentando nas últimas semanas com a falta de merenda nas escolas, situação comprovada e reconhecida pela própria comunidade escolar, que gerou grande repercussão e que, mesmo tendo sido superficialmente resolvida em alguns pontos, não pode ser tratada como superada.

Sabemos que a ausência da merenda escolar não é uma questão administrativa qualquer. Ela toca no direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, também previsto no Estatuto da Criança e Adolescente e na Lei de Alimentação Escolar, sendo uma política pública que garante não só a permanência do aluno nas escolas, na sala de aula, mas também no seu desenvolvimento, saúde e rendimento escolar.

Também não posso deixar de mencionar a questão dos estagiários da educação, jovens que desempenham um papel no dia a dia das escolas, apoiando os professores, acompanhando os alunos e colaborando com o bom andamento das atividades. O atraso nos pagamentos, além da insegurança financeira, gera desmotivação e impacto direto na rotina escolar.

Outro aspecto é a falta de convocação dos profissionais. Apesar do cronograma apresentado, a educação de Petrópolis tem grande necessidade de professores efetivos, e a convocação dos concursados é medida urgente para fortalecer a continuidade da qualidade do serviço. Quanto aos RPAs e contratos terceirizados, temos preocupação séria, tanto do ponto de vista jurídico quanto do impacto direto na educação do município. Existe uma ACP desde 2019 na quarta vara cível, com determinação judicial clara no sentido de que as contratações temporárias sejam progressivamente encerradas com a convocação dos aprovados em concurso público. No entanto, observa-se prolongamento dessas



contratações, inclusive com proposta do executivo de ampliar prazos, gerando dúvidas e insegurança jurídica, pois o conceito de temporalidade se fragiliza diante de possível extensão de até 36 meses.

Para concluir, é muito bom estar aqui nessa audiência diante do relatório quadrimestral. A OAB está atenta, não apenas como observadora, mas como parceira, sempre disposta a cobrar soluções e colaborar com a educação. Temos o projeto 'OAB Vai à Escola', coordenado pelo Dr. Carlos Paulino, que possibilita levar advogados para as escolas em temas relevantes como violência doméstica, bullying, cyberbullying e mediação de conflitos, sendo muito bem recebido pelos alunos. A OAB Petrópolis, por meio da Comissão de Educação, reafirma seu compromisso com a sociedade, acompanhando os relatórios e cobrando soluções, contribuindo da melhor forma possível. Obrigada."

Em seguida, a presidente da comissão agradeceu a fala de **Juliana**, reforçando os pontos abordados, em especial a questão das contratações temporárias e RPAs, e concedeu a palavra ao estagiário **Bruno** para relatar sua experiência e apresentar observações de outros estagiários, com tempo de cinco minutos.

Logo depois, a **presidente da comissão, Vereadora Professora Lívia**, concedeu a palavra ao estagiário **Bruno**, que teve cinco minutos para expor suas considerações. O estagiário **Bruno** se apresentou como aluno de licenciatura em Matemática da UNIRIO, pelo Consórcio CEDERJ, e relatou sua experiência atuando como apoio de inclusão em uma escola da rede municipal há cinco meses.

Bruno destacou que, desde seu primeiro dia, não recebeu informações sobre as necessidades educativas especiais dos alunos que acompanharia, sendo necessário aprender e adaptar-se com o tempo, empatia e dedicação. Informou que realiza atividades além de suas atribuições como estagiário de licenciatura em Matemática, incluindo acompanhamento integral do aluno, auxílio na alimentação e no uso do banheiro.

O estagiário relatou que este é o segundo mês consecutivo de paralisação dos estagiários da escola, e que, durante a paralisação, a família do aluno que ele acompanha foi orientada a não levá-lo à escola, prejudicando a rotina familiar e resultando na ausência do aluno no ambiente escolar. **Bruno** ressaltou que o valor da bolsa para carga horária de seis horas diárias, ou trinta horas semanais, é de R\$956,34, valor considerado insuficiente diante das responsabilidades assumidas.

Além disso, mencionou que os estagiários são desligados em dezembro e recontratados apenas no início do ano letivo, permanecendo quase dois meses sem remuneração, o que evidencia a falta de valorização da categoria. Ao final, **Bruno** solicitou da **Secretaria de Educação** uma previsão formal e compromisso quanto à data de pagamento, de modo que os estagiários possam se planejar financeiramente, destacando que este é um direito da categoria.

A **presidente da comissão, Vereadora Professora Lívia**, agradeceu a explanação do estagiário **Bruno** e aproveitou para apresentar dois projetos de lei protocolados recentemente. O primeiro projeto visa assegurar que o rompimento de contrato dos estagiários só possa ocorrer em casos de inadimplência da Prefeitura, de modo que

situações como paralisações motivadas por atraso de pagamento ou falta de transporte não possam ser consideradas como motivo para rescisão contratual.

O segundo projeto de lei apresentado tem como objetivo garantir que a Secretaria de Educação realize um planejamento adequado para que o apoio aos estudantes com necessidades específicas não seja interrompido a cada ano letivo. A **Vereadora** explicou que, atualmente, quando um aluno que necessitava de acompanhamento em 2024 permanece na rede em 2025, um novo processo é exigido para assegurar que ele continue recebendo o apoio necessário. O projeto visa, portanto, manter a continuidade desse acompanhamento, garantindo a permanência do suporte educacional adequado ao estudante durante sua trajetória na rede municipal.

A representante do **SEPE**, **Rosemar Silveira**, solicitou brevemente a palavra, a qual foi concedida pela presidente da comissão, **Vereadora Professora Lívia**. Em sua intervenção, **Rosemar** destacou a necessidade de que, a partir do próximo ano, os estagiários da rede municipal de educação sejam contratados diretamente pela Prefeitura, utilizando recursos próprios do Executivo, e não mais pela AE das escolas. Segundo a representante, essa medida é necessária para evitar que o pagamento fique a cargo das diretoras, que não recebem verba suficiente, garantindo assim maior segurança e regularidade no pagamento dos estagiários.

A **presidente da comissão, Vereadora Professora Lívia**, ressaltou que, frequentemente, a responsabilidade pelo não pagamento dos estagiários é equivocadamente atribuída às diretoras das escolas, quando, na realidade, os recursos não foram repassados pela Prefeitura ou pela Secretaria de Educação. Em seguida, a **presidente** concedeu a palavra à senhora **Raquel**, mãe de aluno com necessidades especiais, para que fizesse sua manifestação, com tempo de cinco minutos, dando continuidade à audiência pública.

A senhora **Raquel**, mãe de um aluno com necessidades especiais, utilizou seu tempo de cinco minutos para relatar suas experiências e questionamentos acerca da inclusão escolar. A senhora **Raquel** destacou as dificuldades enfrentadas desde a descoberta do diagnóstico de seu filho, mencionando situações em que a entrada do aluno na escola foi impedida sem sua presença ou consentimento. Ressaltou a falta de atendimento adequado à seletividade alimentar de alunos autistas, a ausência de suporte psicológico e estrutura adequada para professores e mediadores, além de lacunas na infraestrutura física das escolas, como ausência de salas de recursos e espaços de acolhimento.

Relatou também a sobrecarga e abandono emocional de familiares e educadores, a ausência de planejamento de atividades pedagógicas adaptadas para alunos com necessidades especiais e a demora na contratação de profissionais qualificados. Destacou a gravidade de falas preconceituosas por parte de alguns educadores e a necessidade de maior preparo e suporte para lidar com alunos autistas, enfatizando que a inclusão não se efetiva apenas na teoria ou em campanhas, mas deve ocorrer diariamente na prática escolar.

Após a fala da senhora **Raquel**, a **Vereadora Professora Lívia** agradeceu sua participação e afirmou que a principal solução para as dificuldades relatadas é a formação adequada. Destacou que, como professora da rede, já participou da oferta de formações para estagiários, e considerou preocupante e inaceitável constatar, por meio do relatório



apresentado, períodos em que não houve qualquer formação para os estagiários, enfatizando que tal situação é absolutamente inaceitável.

Na sequência, o professor **Grossi** solicitou a palavra, sendo-lhe concedida pela presidência, a fim de trazer contribuição sobre o tema da inclusão.

Em sua manifestação, ressaltou a importância de se observar o número de alunos em inclusão por sala de aula. Relatou ter conversado, no mesmo dia, com uma professora cuja turma contava com mais de 80% de alunos em inclusão, o que, em sua avaliação, não corresponde ao real conceito de inclusão. Destacou que, mesmo tendo vivido um período em que não havia políticas de inclusão, entende que o adequado seria manter um número equilibrado de alunos incluídos, de modo a possibilitar que todos tenham condições de aprendizagem junto aos demais. Enfatizou que não é razoável a formação de turmas com quantidade desproporcional de alunos em inclusão, exemplificando o caso de uma sala com dez alunos incluídos e apenas dois em situação considerada regular.

A **Vereadora Professora Lívia**, na condução dos trabalhos, abriu novamente espaço para intervenções do plenário, convidando a senhora **Viviane**, próxima inscrita, para realizar sua manifestação.

Viviane iniciou cumprimentando a todos os presentes, agradecendo especialmente o convite da **Vereadora Professora Lívia** e saudando os demais membros da mesa. Em sua fala, relatou a complexidade da realidade vivenciada pelas mães atípicas, destacando sua atuação atual junto à Associação de Moradores de Araras.

Pontuou a existência de divergência em relação ao posicionamento anterior exposto, especialmente no que se refere à comparação entre o atendimento às crianças atípicas na rede pública e na rede particular de ensino. Ressaltou que, em sua experiência pessoal, a inclusão na rede pública enfrenta graves limitações. Relatou que, na sala de seu filho, há cinco alunos atípicos em um universo de 25 estudantes, com apenas um mediador responsável. Questionou como seria possível que esse profissional conseguisse oferecer suporte adequado em momentos de crise, quando uma criança exige atenção imediata, e ainda assim atender a todos os demais alunos. Indagou, nesse sentido, “onde está a inclusão?”, quando, na prática, esses estudantes acabam sendo retirados do espaço escolar ou não recebem a atenção necessária.

Por fim, abordou também a questão dos pagamentos atrasados de servidores, ressaltando que, neste mês em específico, os repasses ocorreram de forma regular, mas no mês anterior houve atrasos que atingiram, sobretudo, profissionais contratados por regime de RPA, situação que impacta diretamente a rotina e a qualidade do atendimento escolar.

Na sequência, a **Vereadora Professora Lívia** agradeceu a manifestação de **Viviane** e convidou o último inscrito do plenário, o Sr. **Daniel Salomão**, presidente do **Conselho Municipal de Educação (COMED)**, concedendo-lhe o tempo de **3 (três) minutos** para sua intervenção.

O Sr. **Daniel** iniciou agradecendo à **presidente da audiência, Vereadora Professora Lívia**, pela iniciativa, bem como às intervenções da **Vereadora Júlia**, da representante **Rose**, do

SEPE, e à presença da **secretaria e da subsecretaria de Educação**, pelas informações prestadas.

Em sua fala, destacou a importância de alguns pontos do relatório, chamando atenção para lacunas nas informações apresentadas, especialmente em relação aos **royalties**. Ressaltou que, conforme a Lei nº 12.858/2013, referente ao Pré-Sal, 50% do montante arrecadado deve ser destinado à educação, mas observou que o relatório não trouxe os valores totais referentes aos rendimentos, tampouco a divisão prevista na legislação. Nesse sentido, sugeriu que tais informações sejam apresentadas em momento oportuno, seja nesta Casa Legislativa ou nos conselhos relacionados à educação, como o FUNDEB e o próprio **COMED**.

O presidente do **COMED** também fez observação específica sobre os valores do FUNDEB apresentados no relatório. Destacou que foi discriminado o montante referente ao VAAT (Valor Anual Total por Aluno) em aproximadamente R\$ 1,9 milhão, mas que o mesmo valor foi atribuído ao VAAR (Valor Anual por Resultados). Segundo explicou, isso causa estranheza, pois os percentuais que originam esses recursos são distintos: o VAAT corresponde a cerca de 9% do total do FUNDEB, enquanto o VAAR representa aproximadamente 2,5%. Questionou, assim, como dois percentuais diferentes poderiam resultar em valores idênticos, solicitando a verificação e, se for o caso, a correção de eventual erro material, com posterior apresentação tanto à Câmara quanto ao Conselho do FUNDEB.

Por fim, o Sr. **Daniel** agradeceu novamente a oportunidade e a presença de todos os participantes até aquele momento da audiência.

Em seguida, a **Vereadora Professora Lívia** agradeceu a intervenção do Sr. **Daniel Salomão** e registrou o horário de início da audiência, às 19h15min, destacando que, de acordo com o regimento, o tempo previsto se estenderia até às 22h15min. Na sequência, passou a palavra à **Secretaria Municipal de Educação** para que respondesse aos questionamentos levantados durante a audiência, encaminhando, assim, para o encerramento dos trabalhos.

Na sequência, a **Secretaria Municipal de Educação** fez uso da palavra para suas considerações finais, destacando que, caso não conseguisse responder a todas as perguntas, lamentava a limitação imposta pelo tempo e pelo volume de propostas e debates realizados. Ressaltou ser profissional da educação há 20 anos, com experiência como diretora de escola estadual e particular. Ao afirmar que o atendimento da rede pública é melhor do que a da rede privada, explicou que essa conclusão se dá por experiência prática, visto que muitas escolas particulares recusam alunos incluídos. Segundo relatou, em diversas situações, vagas oferecidas em escolas particulares eram retiradas assim que as famílias informavam se tratar de crianças atípicas, o que acabava levando esses alunos à rede pública.

Explicou ainda que, na rede privada, o atendimento dos alunos é feito por estagiários, com bolsas de valor inferior às pagas pelo município, sem nenhum tipo de formação ou qualificação oferecida. Destacou que, na rede pública, embora ainda haja muito a avançar, existe um esforço para oferecer formação e acompanhamento, sendo esse um processo em construção, especialmente considerando que o atual governo tem apenas nove meses de

gestão. Relatou que recentemente foi realizado um evento paralímpico de grande importância na cidade, com a participação expressiva de alunos e famílias, ressaltando que, ao contrário de antes, quando pessoas com deficiência eram invisibilizadas, hoje são acolhidas em espaços públicos.

Sobre a questão do concurso, pontuou que a Secretaria de Educação enfrenta um problema herdado da gestão anterior, que realizou convocação sem a existência de cargos suficientes. Informou que o processo de documentação, posse e definição de cotas é atribuição da Secretaria de Administração, cabendo à Secretaria de Educação apenas a lotação dos profissionais. Relatou que foi realizada recentemente uma reunião conjunta para tratar da questão das cotas, entendendo que existe um parecer jurídico que intercala a concorrência com as cotas, e que o processo vem sendo ajustado para que os convocados assumam efetivamente suas funções o mais rápido possível.

Defendeu a convocação de concursados e o fim dos contratos de RPA, salientando que na Educação esse ajuste é possível de ser feito. Informou que há abertura para reuniões conjuntas com a Secretaria de Administração, a fim de sanar dúvidas e demandas apresentadas pelo movimento dos convocados.

Em relação ao Liceu, avaliou que a escola precisa se tornar mais atrativa, com cursos e propostas inovadoras, de modo que no futuro haja lista de espera para o ingresso, a exemplo do que já ocorre na educação infantil.

Sobre o transporte escolar dos alunos PCDs, assegurou que já está regularizado e reforçou que não existe orientação da Secretaria de Educação para que alunos sem acompanhamento de estagiário sejam dispensados das aulas. Também negou haver recomendação para que servidores não possam se alimentar nas escolas.

Quanto à merenda escolar, reconheceu dificuldades enfrentadas desde sua chegada à pasta, relatando problemas de fluxo de entrega e de fornecedores, mas ressaltou que há três semanas a situação vem sendo regularizada, com entregas de proteínas e hortifrutis. Explicou que parte das dificuldades se deve à ausência de fornecedores locais, o que obriga a contratação de empresas de outros estados, como o Espírito Santo, gerando atrasos na entrega. Informou que está sendo estruturado um novo sistema de controle de estoque junto às escolas, com acompanhamento mais próximo e periódico, reduzindo o intervalo de monitoramento para relatórios semanais.

Mencionou ainda reunião com o **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)** e a expectativa de apoio financeiro adicional por meio de emendas parlamentares, destacando que uma proposta de aporte de R\$18 milhões, anunciada em reunião anterior, não se concretizou, o que teria ajudado significativamente a regularizar o fluxo de pagamentos e suprimentos.

Por fim, agradeceu à **Comissão de Educação** e aos participantes da audiência, destacando que a Secretaria conta com uma equipe técnica de grande competência e dedicação, que, independentemente de quem esteja à frente da gestão, trabalha diariamente para melhorar a realidade da educação municipal, mesmo diante das dificuldades enfrentadas.



Em seguida, a **Vereadora Professora Lívia** fez suas considerações finais, agradecendo a presença da **Secretaria**. Destacou a importância da fala apresentada e ressaltou que, ao contrário da percepção de que seria necessário “reinventar a roda”, a rede municipal possui memória institucional, construída a partir do trabalho de servidoras e servidores de carreira. Pontuou que os equívocos cometidos pela Secretaria devem servir de reflexão e de correção, o que evidencia, em sua avaliação, a ausência de um projeto consistente de educação.

Defendeu que, com a chegada da atual secretária à pasta, seja garantido o acesso ao projeto educacional do governo, lembrando que programas importantes, como o projeto Espiral e salas de leitura, deixaram de existir sem que fossem substituídos por novas iniciativas. Reforçou a necessidade de recuperar e fortalecer ações de apoio aos estudantes e às escolas da rede municipal.

A **Vereadora** registrou ainda o interesse da Comissão em dialogar sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Educação, com a atualização das gratificações e salários, como parte fundamental da valorização das servidoras e dos servidores da rede. Lamentou que, muitas vezes, seja necessário utilizar a tribuna da Câmara para cobrar questões básicas, como a regularidade da merenda escolar e o pagamento de estagiários, RPAs e demais profissionais contratados.

Enfatizou que a prioridade deve ser o fortalecimento do debate educacional, especialmente neste ano em que ocorrerá a Conferência Municipal de Educação, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação para os próximos dez anos. Por fim, destacou que a expectativa da Comissão é de que, no próximo relatório quadrimestral, previsto para o final do ano, sejam apresentados dados mais consistentes e positivos para a rede municipal de ensino.

Concluiu agradecendo a presença de todos e às 22h15 declarou encerrada a audiência pública.



Carolina Guerra
Assistente de Apoio às Comissões
Mat. 1951.119/25

